

DELIBERAÇÃO

2.3 – PROCESSO DIVERSOS Nº 397/15 – Requerente: Gravalima-Granitos do Vale do Lima, Lda. – Local da obra: Arcozelo - Presente uma informação técnica a propor a aprovação do Interesse Público Municipal da instalação industrial, com base na alínea a) do n.º 4 do art.º 5 do DL 165/2014, de 05 de novembro. A Câmara Municipal **deliberou por maioria** com cinco votos a favor e um voto contra do Sr. Vereador Dr. Filipe Viana, considerando a informação técnica prestada, propor à Assembleia Municipal o reconhecimento do Interesse Público Municipal na regularização da instalação industrial, relativa ao processo diversos n.º 397/15, requerida por **Gravalima – Granitos do Vale do Lima, Lda.**, de acordo com o disposto na alínea a) do n.º 4 do art.º 5 do DL 165/2014 de 05 de novembro. Os Srs. Vereadores Eng.º Manuel Barros e Dr. Filipe Viana apresentaram declarações de voto, que se anexam à presente ata, como documentos números um e dois, respetivamente e que, se consideram como fazendo parte integrante da mesma.

Reunião de Câmara Municipal de 07 de dezembro de 2015.

A CHEFE DE DIVISÃO/DAF,



Sofia Velho/Dra.

DECLARAÇÃO DE VOTO

O Decreto-Lei nº 165/2014, de 5 de novembro, criou, com caráter extraordinário, o regime de regularização e de alteração e ou ampliação de estabelecimentos e explorações industriais, pecuárias, de operações de gestão de resíduos ou de explorações de pedreiras incompatíveis com instrumentos de gestão territorial e ou condicionantes ao uso do solo.

Este regime prevê extraordinariamente a possibilidade de:

- Regularização de estabelecimentos e explorações existentes à data da sua entrada em vigor que não disponham de título válido de instalação ou de título de exploração ou de exercício de atividade, incluindo as situações de desconformidade com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública;
- Alteração ou ampliação dos estabelecimentos ou instalações que possuam título de exploração válido e eficaz, mas cuja alteração ou ampliação não sejam compatíveis com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com servidões e restrições de utilidade pública.

Os pedidos de regularização devem ser apresentados no prazo de um ano a contar da entrada em vigor do diploma, ou seja, entre 2 de janeiro de 2015 a 2 de janeiro de 2016, e iniciarem-se sempre com a obtenção de **deliberação fundamentada de reconhecimento de Interesse público municipal**, emitida pela Assembleia sob proposta da Câmara, conforme o disposto no artigo 5º do Decreto-Lei nº 165/2014.

Esta medida legislativa do governo cessante é um passo fundamental para as empresas que se encontram na situação referida naquele diploma cumprir um conjunto de requisitos legais que irão contribuir para melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores, o desempenho ambiental e a competitividade.


Não posso deixar de assinalar negativamente a inexistente ou fraca divulgação desta iniciativa junto dos empresários do concelho. O número reduzido de pedidos registados ficou muito aquém das situações existentes.

Assim:

1. Tendo em consideração o disposto na alínea a) do Artigo 5º do Decreto-Lei nº 165/2014, de 5 de Novembro, do Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia;
2. Tendo em consideração que os pedidos apresentados se referem a estabelecimentos industriais, explorações pecuárias e explorações de pedreiras, que promovem os produtos endógenos, garantindo muitos postos de trabalho e um significativo volume de negócios, conferindo potencial de criação de riqueza e de valorização produtiva local.
3. Tendo em consideração a informação técnica dos serviços municipais que propõe a aprovação do Interesse Público Municipal;

Voto favoravelmente a aprovação do Interesse Municipal.

Ponte de Lima, 7 de dezembro de 2015

O Vereador do PPD/PSD,

(Manuel Pereira da Rocha Barros)



DECLARAÇÃO DE VOTO

FILIPE VIANA, Vereador eleito na lista independente do **MOVIMENTO 51**, vem, no exercício das suas funções, declarar o seu voto contra, no âmbito dos pontos 2.1; 2.2; 2.3; 2.4; 2.5; 2.6; 2.7; 2.8; 2.9; 2.10; 2.11; 2.12; 2.13; 2.14; 2.15 e 2.16. com os fundamentos e considerandos seguintes:

1 – Considerando que não lhe foram juntos os respectivos documentos para sustentar a decisão em causa, com violação legal da Lei das Autarquias Locais e dos mais elementares direitos democráticos;

2 – Considerando que na reunião de hoje, o ora Vereador não recebeu a respectiva documentação do ponto em causa, uma regra geral no anterior e neste mandato, razão pela qual também o ora Vereador se viu forçado a intentar a competente acção judicial para o efeito;

3 – Considerando que a nossa forma de estar implica a envolvência de todos os agentes autárquicos na realização dum projecto em comum; cfr.: orçamento participativo e participação de ideias;

4 – Considerando que a política de falta de hábito democrático continua, numa lógica de imposição e não de diálogo construtivo;

5 – Considerando que a nossa Vila de Ponte de Lima, com 890 anos de existência, nos merece o maior respeito pela história dos nossos antepassados, bem como na esteira do princípio da representatividade e do espírito democrático das nossas raízes.

Face ao expendido, em coerência democrática e com mundividência diferente de considerar o princípio da representatividade, pelas pessoas e pelo nosso território, voto contra.

Ponte de Lima, 7 de Dezembro de 2015,

O Vereador do Movimento 51,

(Filipe Viana)

D E S P A C H O

Ào Sn. Presidente
Para aprovação em Reunião de
Câmara e Assembleia Municipal.
02/12/2015

[Handwritten signature]
02.12.15

Processo nº: 397/15 Data de Entrada: OITO de SETEMBRO de 2015
Requerimento nº: 4026/15

Requerente Principal: GRAVALIMA- GRANITOS DO VALE DO LIMA. LDA
Localização da Obra: - ARCOZELO

I N F O R M A Ç Ã O T É C N I C A

A empresa **Gravalima Granitos do Vale do Lima, Lda**, pessoa colectiva 506 333 973, solicitou através do requerimento em epígrafe o reconhecimento do Interesse Público Municipal para a legalização das instalações de que detentora, localizada no lugar da Presa, freguesia de Arcozele, ao abrigo do DL nº 165/2014, de 5 de Novembro que estabelece com carácter extraordinário o regime de regularização e de alteração e ou ampliação de estabelecimentos e explorações de actividades industriais, pecuárias, de operações de gestão resíduos e de explorações de pedreiras incompatíveis com instrumentos de gestão territorial e ou condicionantes ao uso do que não disponham de título válido de instalação ou de título de exploração ou de exercício de actividade.

A presente instalação industrial está enquadrada no Plano Director Municipal de Ponte de Lima em área classificada como Reserva Ecológica Nacional sujeita ao Regime Florestal, e a actividade exercida é o corte e Transformação de Granito.

Esta instalação face à sua localização, cumpre uma função industrial importante complementar à indústria de extracção de granito, nomeadamente a transformação de granito destinada à construção civil, tendo nos seus quadros de pessoal 26 funcionários.

Pelo referido sou de parecer que é do interesse público Municipal a presente instalação industrial, com base no art.º 5º alínea a) do Decreto-lei 165/2014, de 5 de Novembro, para efeitos da emissão da Declaração de Interesse Público Municipal pela Assembleia Municipal.

À Consideração Superior,

2015/12/02

O Técnico

[Handwritten signature: Fernando Antonio Redondo Ferreira]
(FERNANDO ANTONIO REDONDO FERREIRA)

ferreira

visto.
2015-12-02
[Handwritten signature]



Exmo. Senhor

Presidente da Câmara Municipal de Ponte de Lima

Praça da República

4990-062 Ponte de Lima

ASSUNTO: SOLICITAÇÃO DE EMISSÃO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL PARA A REGULARIZAÇÃO DO ESTABELECIMENTO INDUSTRIAL PROCESSO N.º 522/2009, LOCALIZADO EM FORMIGOSO – ARCOZELO – PONTE DE LIMA, AO ABRIGO DA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ART.º 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO

Car. Permanente 1780 - 8111 - 3852

Exmo. Senhor Presidente,

A empresa GRAVALIMA – Granitos do Vale do Lima, Lda, NIF n.º 506333973, cuja representante legal é Maria Isabel Matos Almeida Fernandes, com o n.º de B.I. 9934482, data de emissão 24/02/2006, arquivo de identificação de Viana do Castelo, válido até 24 de março de 2016, com o contato telefónico n.º 258944194 / 937500570, e-mail geral@granifinas.pt, com sede em Presa – Arcozelo, 4990-250 Ponte de Lima, vem solicitar a V.ª Exa. a emissão de certidão da deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização do estabelecimento industrial processo n.º 522/2009, com o C.A.E. 23703 – Fabricação de Artigos de Granito e de Rochas, n.e., no âmbito da aplicação, com caráter extraordinário, do regime de regularização e de alteração e/ou ampliação de estabelecimentos e explorações de atividades industriais, ..., incompatíveis com os instrumentos de gestão territorial e ou condicionantes ao uso do solo, abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.

A Gravalima pertence ao Grupo Granifinas e tem desde o início da sua atividade, vindo a fazer constantes investimentos no concelho de Ponte de Lima. O Grupo Granifinas emprega atualmente **74 trabalhadores** dos quais **26 estão a trabalhar na fábrica da Gravalima no lugar de Formigoso alvo deste pedido**. Esta unidade industrial tornou-se numa forte alavanca para a empresa mãe do grupo no que diz respeito aos sub-produtos, grande parte da capacidade de produção total do grupo passa pela capacidade de abastecimento de material serrado desta unidade colocando assim todo o processo produtivo do grupo dependente da mesma. É ainda de salientar que o reconhecido projeto Granihouse “sai do papel” nesta fábrica, mesmo não sendo este o nosso *Core Business* é um produto inovador no qual continuamos a investir e a fazer crescer e esta infraestrutura é o suporte para a sua construção.

Como referido anteriormente a unidade industrial de serragem, corte e acabamento de granito e outras rochas, emprega atualmente 26 trabalhadores, pertencentes ao concelho de Ponte de Lima, um valor muito acima da média nacional.

O estabelecimento industrial a regularizar encontra-se a laborar como anexo da pedreira denominada Formigoso, cuja extração se encontra parada desde dezembro de 2011.

Para a viabilidade da empresa e a manutenção dos postos de trabalho diretos é fundamental a regularização da indústria não como anexo de pedreira, mas como uma unidade industrial autónoma, para não depender da vida útil da unidade extrativa.

Atendendo às características geológicas do maciço explorado, não é viável sob o ponto de vista técnico-económico dar continuidade ao processo de licenciamento da pedreira "Formigoso", pelo que é intenção da Gravalima solicitar o encerramento da pedreira.

Com efeito, e por forma a assegurar a existência do estabelecimento no local anteriormente licenciado, não é viável manter o estabelecimento industrial como anexo de pedreira, pois todo o investimento necessário à atividade transformadora foi efetuado neste local.

Para a viabilidade da empresa é fundamental a regularização das construções e da atividade industrial, devido à existência das unidades extrativas do Grupo, no mesmo concelho a distâncias inferiores a 1km.

Refira-se que o produto transformado na unidade transformadora é vendido e aplicado nas obras de construção civil e obras públicas nacionais e comunitárias, uma mais-valia que fica no concelho de Ponte de Lima.

A área a regularizar e que possui licença para pedreira, encontra-se classificada no PDM, nomeadamente na Carta de Ordenamento como "Área Para Exploração de Recursos Geológicos", enquanto que pela Carta de Condicionantes, encontra-se classificada em "Reserva Ecológica Nacional" e em "Regime Florestal". Em anexo, apresentam-se os respetivos extratos do PDM com a devida implantação da pretensão.

A indústria tem resistido à crise que se fez sentir nos últimos 10 anos, tendo conseguido manter os **atuais 26 postos de trabalho diretos**.

Para a viabilidade da empresa é fundamental a regularização da área intervencionada para a indústria, atendendo a que todas as atividades extrativas e transformadoras do GRUPO GRANIFINAS estão concentradas no concelho de Ponte de Lima. Sendo que é a partir do concelho de Ponte de Lima que se faz o escoamento do produto transformado para o mercado nacional, comunitário e extracomunitário.

Numa altura, em que a maioria das indústrias do setor da pedra naturais se encontra com dificuldades no escoamento dos materiais produzidos, a Gravalima, Lda, apesar dos obstáculos, pretende dar continuidade ao processo de licenciamento da fábrica de transformação, regularizando a situação existente, pelo que um dos documentos a apresentar ao abrigo do art.º 5, da "Lei das Regularizações" é a certidão da deliberação fundamentada de Reconhecimento do Interesse Público Municipal da pedreira.

A regularização e posterior licenciamento do estabelecimento industrial de fabricação de artigos de granito e de rochas, n.e., permitirá manter a estrutura da empresa tal qual, e conservar todos os postos de trabalho atuais, potenciando assim os recursos endógenos da região, no contexto socioeconómico.

Refira-se que a GRAVALIMA, LDA tem nestes anos contribuído para o desenvolvimento da região onde se insere, através das próprias capacidades e competências técnicas instaladas, aproveitando e maximizando o benefício da sua essencialidade decorrente de ser uma empresa, que pertence ao Grupo GRANIFINAS, com atividades económicas diversificadas que se complementam, fazendo com que a mais valia fique no concelho onde se insere.

Aliado ao ponto forte de ser a única empresa com atividades económicas diversificadas e complementares, com capacidade produtiva atual e tecnicamente competente, a Gravalima desfruta de uma outra grande vantagem comparativa e estratégica que se identifica com a sua localização privilegiada, em termos localização industrial, e de proximidade na área de influência comercial, para efeitos de encurtamento dos esforços de logística dos fluxos de abastecimento de matérias-primas, a montante, e de distribuição e de aplicação dos produtos acabados, a jusante.

Pretendemos desta forma contribuir para o dinamismo à manutenção e criação de emprego, que é um fator de desenvolvimento do Concelho, pelo que é expectável, a criação de mais postos de trabalho a médio prazo, se a conjuntura económica melhorar.

Atendendo ao exposto, solicita-se uma vez mais a V/Exa a emissão da DIPM para a regularização da industria existente, pois com efeito toda a atividade desenvolvida e a desenvolver promoverá e fomentará o progresso do Concelho, quer diretamente quer indiretamente, como por exemplo através do consumo do comércio e serviços do Concelho, nomeadamente no que se refere a: mão-de-obra da região; reparação e assistência ao equipamento; aquisição de óleos, combustíveis, ferramentas, etc., utilização da indústria hoteleira e restauração da zona, entre outros.

Para apreciação do pedido remete-se a V/Exa os anexos seguintes: planta de localização, extratos das plantas de ordenamento e de condicionantes do PDM, assim como as cópias das licenças (pedreira e fabrica anexo de pedreira).

Ponte de Lima, 8 de setembro de 2015

A Gerência

Henrique S. S. Leite

(Gravalima – Granitos do Vale do Lima, Lda)

